



## Caderno de Provas

**COM 14 – NS**

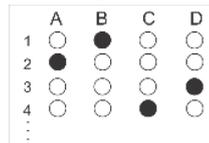
**AUDITOR DE CONTROLE INTERNO**

**Editais Nº. 001/2022 – Maxaranguape/RN**

**Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_**

### INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher as **Folhas de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue as **Folhas de Respostas** ao fiscal.
- O **Caderno de Provas** só poderá ser levado pelo candidato após decorridas 03h do início da prova.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Lógica e 15 (quinze) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento das **Folhas de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	10 questões	30 pontos
Lógica	05 questões	10 pontos
Conhecimentos específicos	15 questões	60 pontos
<b>PONTUAÇÃO TOTAL</b>		<b>100 pontos</b>

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 1 a 10 referem ao texto a seguir.

TEXTO

*Quem tem medo da liberdade de expressão?*

Alexandre Cruz

Com o advento das redes sociais, debates sobre os limites da liberdade de expressão têm ganhado força na sociedade brasileira e, com a proximidade das eleições de 2022, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) entrou no baile. Sob argumento de que notícias e opiniões falsas ou desinformativas podem causar danos a grupos sociais ou até mesmo interferir no resultado final de uma eleição, aumenta-se perigosamente o apoio à formulação de uma espécie de "index prohibitorum" digital, contendo palavras e opiniões que devem ser previamente censuradas sob o risco potencial de causar danos sociais ou eleitorais.

O Youtube, por exemplo, já filtra palavras que não podem ser ditas, podendo gerar a desmonetização de um vídeo ou, no limite, a sua exclusão da plataforma. O resultado, no final, é o surgimento de uma variedade de neologismos cifrados utilizados por *youtubers* para substituir as palavras indesejadas.

A perspectiva na qual palavras, ideias e opiniões devem ser censuradas pelo seu dano presumido não é nova. Além de ser utilizada levemente por grupos para cercear opiniões divergentes sem ter o trabalho de argumentar, tende a focar mais nos possíveis prejuízos do que nos benefícios de uma amplíssima liberdade de expressão para a sociedade em geral.

Entre a independência dos Estados Unidos e o fim da 1ª Guerra Mundial, por exemplo, diversos casos contestando os limites da liberdade de expressão e de imprensa tiveram curso em tribunais estaduais e na Suprema Corte daquele país. Neste período, como aponta o historiador Michael Curtis, prevaleceu no judiciário norte-americano a chamada "Doutrina da Tendência Ruim", onde opiniões consideradas com potencial para causar eventuais danos sociais deveriam ser suprimidas.

Na esteira dessa doutrina, obras que criticavam a escravidão, por exemplo, foram censuradas em diversas cortes de estados escravagistas sob o argumento de causar danos ao direito de propriedade. Coube a jornalistas, advogados, intelectuais e ativistas contestar essa doutrina e muitas vezes promover a circulação de obras abolicionistas ilegalmente. Ou seja, enquanto setores do judiciário norte-americano impunham uma visão restritiva e racista da liberdade de expressão, coube à sociedade civil ampliar os seus limites na prática.

Ecos de uma concepção de liberdade de expressão mais ampla, de raiz popular, chegariam à Suprema Corte dos Estados Unidos apenas na década de 1920. Anos antes, Benjamin Gitlow, membro do Partido Socialista, foi processado pelo estado de Nova Iorque pelo crime de anarquia após ter publicado no periódico "The Revolutionary Age" o texto "The Left Wing Manifesto". Embora sua defesa tenha alegado que o artigo se tratava de uma análise histórica, não de uma incitação revolucionária, Gitlow foi considerado culpado pela corte estadual, tendo sua condenação confirmada pela maioria da Suprema Corte em 1925.

Porém, durante o julgamento, foi possível vislumbrar a penetração de uma concepção mais ampla da liberdade de expressão entre juízes da corte. Em um histórico voto dissidente, o juiz Oliver Wendell Holmes Jr. registraria que: "toda ideia é um incitamento. Ela se oferece para a crença e, se acreditada, é praticada a menos que outra crença a supere, ou a falta de empenho sufoque o movimento em seu nascimento. A única diferença entre a expressão de uma opinião e uma incitação, no sentido mais restrito, é o entusiasmo do orador pelo resultado".

No Brasil, também a liberdade de expressão e de imprensa foram uma conquista da sociedade civil após décadas de censura ao longo do século 20, não uma concessão da burocracia estatal. Historicamente, a ampla liberdade de expressão sempre foi um instrumento popular para fustigar o poder estabelecido em prol de mudanças sociais. Não podemos deixar que contextos políticos nublados nos façam esquecer disso. Os benefícios de uma ampla liberdade de expressão e de imprensa são maiores do que os malefícios de sua utilização para o cometimento de crimes (que devem ser punidos através do devido processo legal).

Aceitar a premissa de que uma ideia ou opinião deva ser censurada, talvez até por algoritmos, antes de alcançar o espaço público devido ao seu possível dano social ou eleitoral, sem crime determinado e comprovado, é lançar um bumerangue autoritário que mais cedo ou mais tarde voltará.

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: 14 set. 2022.

**01.** É objetivo principal do texto

- A) alertar sobre os malefícios do uso irrestrito da liberdade de expressão.
- B) comparar o uso da liberdade de expressão nos Estados Unidos e no Brasil.
- C) criticar o mau uso da liberdade de expressão nas redes sociais.
- D) defender a importância do uso da liberdade de expressão.

**02.** A organização textual revela a dominância da sequência

- A) argumentativa, caracterizada pela contestação de uma afirmação preexistente, que é confrontada com uma nova afirmação a ser sustentada por fatos, visando à conclusão.
- B) argumentativa, caracterizada pela existência de uma situação inicial, seguida de situações complicadoras que, após serem resolvidas, geram uma situação final.
- C) narrativa, caracterizada pela contestação de uma afirmação preexistente, que é confrontada com uma nova afirmação a ser sustentada por fatos, visando à conclusão.
- D) narrativa, caracterizada pela existência de uma situação inicial, seguida de situações complicadoras que, após serem resolvidas, geram uma situação final.

**03.** O elemento coesivo que inter-relaciona, por conexão, os **parágrafos 6 e 7** sinaliza

- A) conclusão e poderia ser substituído, sem prejuízo ao sentido, por **entretanto**.
- B) conclusão e poderia ser substituído, sem prejuízo ao sentido, por **portanto**.
- C) oposição e poderia ser substituído, sem prejuízo ao sentido, por **entretanto**.
- D) oposição e poderia ser substituído, sem prejuízo ao sentido, por **portanto**.

**04.** No **parágrafo 7**, há citação

- A) direta que se coaduna com o pensamento do autor e é caracterizada pela transcrição das palavras da fonte citada.
- B) direta que se contrapõe ao pensamento do autor e é caracterizada pela transcrição das palavras da fonte citada.
- C) indireta que se coaduna com o pensamento do autor e é caracterizada pela paráfrase do pensamento da fonte citada.
- D) indireta que se contrapõe ao pensamento do autor e é caracterizada pela paráfrase do pensamento da fonte citada.

**05. Considere o período a seguir.**

Sob argumento de que notícias e opiniões falsas ou desinformativas podem causar danos a grupos sociais ou até mesmo interferir no resultado final de uma eleição, aumenta-se perigosamente o apoio à formulação de uma espécie de "index prohibitorum" digital, contendo palavras e opiniões que devem ser previamente censuradas sob o risco potencial de causar danos sociais ou eleitorais.

Outra pontuação possível para esse período, em concordância com as orientações sintático-semânticas da língua portuguesa e preservando-se o sentido da informação, está representada em:

- A) Sob argumento de que notícias e opiniões falsas ou desinformativas podem causar danos a grupos sociais ou até mesmo interferir no resultado final de uma eleição, aumenta-se, perigosamente, o apoio à formulação de uma espécie de "index prohibitorum" digital, contendo palavras e opiniões que devem ser previamente censuradas sob o risco potencial de causar danos sociais ou eleitorais.
- B) Sob argumento de que notícias e opiniões falsas ou desinformativas podem causar danos a grupos sociais ou até mesmo interferir no resultado final de uma eleição, aumenta-se perigosamente o apoio à formulação de uma espécie de "index prohibitorum" digital, contendo palavras e opiniões, que devem ser previamente censuradas sob o risco potencial de causar danos sociais ou eleitorais.
- C) Sob argumento de que notícias e opiniões falsas ou desinformativas podem causar danos a grupos sociais ou até mesmo interferir no resultado final de uma eleição, aumenta-se perigosamente, o apoio à formulação de uma espécie de "index prohibitorum" digital, contendo palavras e opiniões, que devem ser previamente censuradas sob o risco potencial de causar danos sociais ou eleitorais.
- D) Sob argumento de que notícias e opiniões falsas ou desinformativas podem causar danos a grupos sociais ou até mesmo interferir no resultado final de uma eleição, aumenta-se, perigosamente o apoio à formulação de uma espécie de "index prohibitorum" digital, contendo palavras e opiniões que devem ser previamente censuradas sob o risco potencial de causar danos sociais ou eleitorais.

**06. Considere o trecho a seguir.**

Ou seja, **enquanto** setores do judiciário norte-americano **impunham** uma visão restritiva e racista da liberdade de expressão, **coube** à sociedade civil ampliar os seus limites na prática.

Sobre as palavras em destaque, é correto afirmar que

- A) a primeira é uma conjunção que interliga períodos; a segunda, um verbo flexionado no pretérito perfeito; e a terceira, um verbo flexionado no pretérito imperfeito.
- B) a primeira é uma conjunção que interliga orações; a segunda, um verbo flexionado no pretérito imperfeito; e a terceira, um verbo flexionado no pretérito perfeito.
- C) a primeira é uma preposição que interliga períodos; a segunda, um verbo flexionado no pretérito perfeito; e a terceira, um verbo flexionado no pretérito imperfeito.
- D) a primeira é uma preposição que interliga orações; a segunda, um verbo flexionado no pretérito imperfeito; e a terceira, um verbo flexionado no pretérito perfeito.

**07. Considere o trecho a seguir.**

Com o advento das redes sociais, debates sobre os limites da liberdade de expressão **têm** ganhado força na sociedade brasileira [...]

A forma verbal em destaque é assim grafada porque está

- A) no singular e concorda com “o advento das redes sociais”.
- B) no singular e concorda com “liberdade de expressão”.
- C) no plural e concorda com “debates”.
- D) no plural e concorda com “os limites da liberdade de expressão”.

**08. Considere o trecho a seguir.**

Historicamente, a ampla liberdade de expressão sempre foi um instrumento popular para **fustigar** o poder estabelecido em prol de mudanças sociais.

A palavra em destaque mantém relação de

- A) hiponímia com a palavra “afagar”.
- B) hiponímia com a palavra “provocar”.
- C) sinonímia com a palavra “afagar”.
- D) sinonímia com a palavra “provocar”.

**09. O gênero discursivo que apresenta propósito comunicativo e estrutura que se aproximam do texto em foco é**

- A) a crônica descritiva.
- B) a notícia.
- C) o artigo científico.
- D) o artigo de opinião.

**10. Considere os trechos a seguir.**

**A**

[...] aumenta-se perigosamente o **apoio à formulação** de uma espécie de "index prohibitorum" digital [...]

**B**

[...] **coube à sociedade civil** ampliar os seus limites na prática.

Sobre os segmentos em destaque, é correto afirmar:

- A) ambos ilustram casos de regência nominal.
- B) ambos ilustram casos de regência verbal.
- C) em **A** ilustra-se um caso de regência nominal e, em **B**, um caso de regência verbal.
- D) em **A** ilustra-se um caso de regência verbal e, em **B**, um caso de regência nominal.

**QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÓGICA**

11. Analise as seguintes proposições:

- I. Todos os concurreseiros são inteligentes.
- II. Nenhum concurreseiro é inteligente.
- III. Algum concurreseiro não é inteligente.
- IV. Existem concurreseiros inteligentes.
- V. Não existem concurreseiros que são inteligentes.

Dadas as alternativas a seguir, a que associa corretamente uma proposição categórica com a sua negação, é:

- A) A negação da proposição I é a proposição III.
- B) A negação da proposição V é a proposição I.
- C) A negação da proposição II é a proposição IV.
- D) A negação da proposição III é a proposição V.

12. Considere que dois eventos, X e Y, são independentes. Se a probabilidade de X ocorrer é de 30% e a probabilidade de Y ocorrer é de 60%, então, a probabilidade de ocorrer  $X \cup Y$  é de:

- A) 90%.
- B) 18%.
- C) 72%.
- D) 60%.

13. Quatro amigos estão em um bar em torno de uma mesa retangular. Bento mora na cidade de Maxaranguape e os outros três moram nas cidades de Pureza, Taipu e Extremoz. Tonho não mora em Pureza e está sentado à frente de Lipe. Lipe está sentado à direita de Bento. Nino está sentado à direita do morador de Taipu. Nessas condições, conclui-se que:

- A) Nino mora em Extremoz e Tonho mora em Taipu.
- B) Lipe mora em Pureza e Tonho mora em Extremoz.
- C) Nino mora em Pureza e Tonho mora em Taipu.
- D) Lipe mora em Taipu e Tonho mora em Extremoz.

14. Observe a sequência numérica a seguir:

6	10	20	24	48	52	A	B
---	----	----	----	----	----	---	---

Mantendo-se a regra da sequência, o valor de  $A + B$  é igual a

- A) 156.
- B) 212.
- C) 160.
- D) 204.

**CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE**  
**EDITAL Nº 001/2022 – MAXARANGUAPE/RN**

---

15. Se a casa não é vermelha, então o portão é azul. Se a casa é vermelha, então o telhado não é branco. Ora, o telhado é branco. Logo:
- A) A casa é vermelha e o portão é azul.
  - B) A casa é vermelha e o portão não é azul.
  - C) A casa não é vermelha e o portão é azul.
  - D) A casa não é vermelha e o portão não é azul.

**QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – AUDITOR DE CONTROLE INTERNO**

16. A Lei Nº 14.133/2021, conhecida como Nova Lei de Licitações, trouxe, em sua redação, importantes inovações em relação ao regramento para contratações no âmbito público. Entre os principais itens previstos, destaca-se:
- A) é vedado, ainda que justificado, que o orçamento estimado seja sigiloso.
  - B) no diálogo competitivo, será obrigatória a utilização de agente de contratação.
  - C) nas licitações para bens e serviços especiais, o agente de contratação não poderá ser substituído por comissão de contratação.
  - D) nas licitações para obras e serviços de engenharia, é permitido o regime de contratação integrada.
17. A Constituição Federal é a norma fundamental que organiza o Estado e dispõe, entre outros temas, sobre a divisão dos poderes políticos, os direitos e garantias fundamentais e a ordem social e econômica. A respeito do conteúdo desse importante documento, é correto afirmar:
- A) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, mesmo quando comprovada compatibilidade de horários no acúmulo de dois cargos de professor.
  - B) é prevista a perda do cargo do servidor público estável, entre outras hipóteses, mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
  - C) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, vedada investidura a brasileiros não natos.
  - D) os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Judiciário.
18. A Lei Nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à informação, dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela Administração, a fim de se garantir o acesso a informações de interesse público previsto na Constituição Federal. Para efeitos dessa lei, considera-se
- A) autenticidade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.
  - B) disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.
  - C) informação sigilosa: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável.
  - D) integridade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.
19. De acordo com a Lei 8.429/1992, conhecida como Lei de Improbidade, é considerado ato administrativo que importa enriquecimento ilícito
- A) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
  - B) frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, de chamamento ou de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros.
  - C) frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, acarretando perda patrimonial efetiva.
  - D) aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.

**CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE**  
**EDITAL Nº 001/2022 – MAXARANGUAPE/RN**

---

- 20.** A respeito dos poderes da administração pública, é correto afirmar:
- A) a delegação decorre do poder hierárquico da administração, constituindo-se em ato revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.
  - B) não existem, no âmbito da administração pública, poderes absolutos, à exceção do poder discricionário.
  - C) o poder disciplinar decorre da prerrogativa da Administração de aplicar sanções àqueles que, submetidos à sua ordem administrativa interna, cometam infrações, estando excluídos particulares, em qualquer hipótese.
  - D) o poder regulamentar credencia o agente público a executar atos vinculados previstos em lei, não se admitindo, para tanto, juízo de valor.
- 21.** Ao longo do seu processo evolutivo, a gestão pública, no Brasil, passou por diversas fases que proporcionaram acentuado desenvolvimento na forma de se conduzir o direcionamento dos recursos públicos para o cumprimento dos objetivos sociais do Estado. A esse respeito, é correto afirmar:
- A) o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) foi instituído ainda no regime da monarquia, com a finalidade de proporcionar melhor coordenação e fiscalização do emprego dos recursos públicos pelo então Imperador Dom Pedro II.
  - B) o modelo burocrático de gestão pública, implementado no início dos anos 2000, tem como principais características a austeridade na gestão dos recursos e a descentralização administrativa.
  - C) o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) trouxe, a previsão de importantes pilares do modelo gerencial na gestão pública, como a necessidade de realização de concursos periódicos para recomposição dos quadros funcionais.
  - D) o regime patrimonialista, fomentado sobretudo pelos presidentes com exercício de mandato após a década de 60, caracterizou-se pela implementação do Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), durante o governo de Juscelino Kubitschek.
- 22.** A Lei Municipal Nº 492/2003, entre outras providências, instituiu a Controladoria Geral do Município de Maxaranguape. De acordo com esse normativo, configura-se como uma das competências expressas da Controladoria Geral do Município (CONTROGEM)
- A) expedir atos normativos concernentes à ação da fiscalização financeira, contabilidade, auditoria e de processos judiciais que envolvam demonstrações contábeis.
  - B) elaborar e manter atualizado o plano de contas único para os órgãos da administração e o plano de contas dos órgãos da administração indireta e fundacional.
  - C) participar da elaboração do balanço geral do município e da prestação de contas anual do chefe do poder legislativo.
  - D) sugerir ao chefe do poder executivo a aplicação de sanções cabíveis, conforme legislação vigente, aos gestores inadimplentes, podendo, inclusive, determinar o bloqueio de transferências de recursos do Tesouro Municipal e de contas bancárias.
- 23.** De acordo com a Lei Municipal Nº 003/2017, que dispõe sobre o Sistema Tributário do Município de Maxaranguape, na apuração do valor venal do imóvel, para os fins de lançamento dos impostos predial e territorial urbano, os valores unitários de metro quadrado de construção e de terreno serão determinados em função de elementos, tomados em conjunto ou separadamente. Entre os elementos previstos no rol do referido normativo, constam
- A) custos de alienação estabelecidos pela procuradoria do município.
  - B) custos de reprodução e locações correntes.
  - C) média aritmética de valores dos imóveis do município.
  - D) preços de mercado praticados até o dia 31 de dezembro do exercício imediatamente anterior.

**CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE**  
**EDITAL Nº 001/2022 – MAXARANGUAPE/RN**

---

- 24.** A Lei Orçamentária Anual (LOA) é o instrumento pelo qual o poder público prevê a arrecadação de receitas e fixa a realização de despesas com a finalidade de concretizar os objetivos e metas do Plano Plurianual. A respeito da LOA, é correto afirmar:
- A) tem vigência de 1 ano e deve ser encaminhada pelo chefe do poder executivo até o dia 15 de abril de cada exercício, com efeitos imediatos a contar da data de envio.
  - B) tem vigência de 1 ano e deve ser encaminhada pelo chefe do poder executivo até o dia 31 de agosto de cada exercício, com efeitos para o exercício imediatamente posterior.
  - C) tem vigência de 1 ano e 6 meses e deve ser encaminhada pelo chefe do poder executivo até o dia 31 de agosto de cada exercício, com efeitos imediatos a contar da data de envio.
  - D) tem vigência de 1 ano e 6 meses e deve ser encaminhada pelo chefe do poder executivo até o dia 31 de agosto de cada exercício, com efeitos para o exercício imediatamente posterior.
- 25.** São autorizados por lei; são abertos por decreto do poder executivo; não se integram ao orçamento, portanto, demonstrados separadamente; são solicitados quando não há dotação específica, visando atender a uma necessidade não contemplada no orçamento. No âmbito do orçamento público, os atributos citados se referem a créditos
- A) constitucionais.
  - B) especiais.
  - C) extraordinários.
  - D) suplementares.
- 26.** De acordo com a Lei Complementar Nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, o relatório de gestão fiscal
- A) conterà despesa total com pessoal, dispensada distinção de inativos e pensionistas.
  - B) conterà o montante das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro, exceto restos a pagar.
  - C) será publicado até 30 dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.
  - D) será publicado ao final de cada bimestre, assinado pelos chefes dos poderes executivo, legislativo e judiciário.
- 27.** No âmbito do orçamento público, a respeito da dívida ativa, é correto afirmar:
- A) a dívida ativa constitui um passivo do patrimônio líquido do estado.
  - B) a dívida ativa é um débito em desfavor da fazenda pública, cuja certeza e liquidez foram apuradas.
  - C) a inscrição de crédito em dívida ativa é um ato permutativo, pois não altera o patrimônio Líquido do Estado.
  - D) por ser um ato emanado pelo poder executivo, execução da dívida ativa por meios judiciais é ilegal.
- 28.** No âmbito da auditoria governamental, a matriz de responsabilização
- A) determina as responsabilidades e a divisão de tarefas a serem executadas por cada membro da equipe de auditoria na apuração dos fatos.
  - B) deve ser adotada apenas nos casos em que houver autorização expressa do chefe do poder executivo.
  - C) formaliza as conclusões sobre as responsabilidades individuais dos gestores e agentes que deram causa ao objeto do achado.
  - D) não tem seu uso recomendado em situações que envolvam apuração de fatos relacionados a emprego de recursos financeiros.

**CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE**  
**EDITAL Nº 001/2022 – MAXARANGUAPE/RN**

---

29. “Constitui o suporte de todo o trabalho desenvolvido pelo auditor, contendo o registro de todas as informações utilizadas, das verificações a que procedeu e das conclusões a que chegou, independentemente da forma, do meio físico ou das características”. A definição corresponde, na Auditoria Governamental, a uma conceituação correta para
- A) achados de auditoria.
  - B) evidências.
  - C) papéis de trabalho.
  - D) relatório de planejamento de auditoria.
30. A respeito dos riscos em auditoria, é correto afirmar:
- A) caso materializado risco de controle, automaticamente descarta-se a hipótese de incidência de risco de detecção.
  - B) caso materializado risco inerente, automaticamente descarta-se a hipótese de incidência de risco de controle.
  - C) existe uma hierarquia entre os riscos inerentes, de controle e de detecção, em que o primeiro se sobrepõe em grau de importância aos dois últimos.
  - D) o risco de detecção está relacionado à probabilidade de os procedimentos de auditoria não identificarem uma deficiência com materialidade nas demonstrações financeiras ou saldos em contas.